

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidentes: LUIZ FRIAS
 Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO
 Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO
 Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA
 Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)
 Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro) E EDUARDO ALCARGO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Sombras na Petrobras

Nebuloso processo de aquisição de refinaria nos EUA no mínimo arranha a imagem de administradora rigorosa atribuída a Dilma

Justificativas técnicas sofisticadas sempre podem produzir-se, para consumo dos interessados. Expõe-se a olho nu, todavia, a temeridade da decisão tomada pelo Conselho de Administração da Petrobras em 2006, quando adquiriu metade de uma refinaria situada em Pasadena, nos Estados Unidos, por US\$ 360 milhões.

A mesma instalação industrial tinha sido negociada, um ano antes, por US\$ 42,5 milhões. O que teria fundamentado a maior estatal brasileira a comprar metade da refinaria por um valor oito vezes maior?

Não foi erro bastante para a Petrobras, contudo. Aparentemente, seus executivos — ou alguns deles — ignoravam que, no contrato de compra, estariam forçados a encampar a outra metade da refinaria caso houvesse desentendimento entre os sócios.

Era o que estava estipulado numa cláusula a que se dá o nome de "put option". Compraram-se, então, os 50% restantes — só que, agora, ao preço de US\$ 820,5 milhões.

Tem-se, portanto, que a empresa brasileira desembolsou US\$ 1,19 bilhão, ou R\$ 2,76 bilhões, para ficar com uma refinaria que, em 2005, custava menos de 5% desse valor. Concluído o negócio no ano de 2012, não tardaram a aparecer suspeitas sobre a idoneidade, ou

a competência, ou a sensatez dos envolvidos na decisão.

As suspeitas se tornam ainda mais graves quando surge a notícia, ontem, da prisão pela Polícia Federal de um ex-diretor da área de Refino e Abastecimento da Petrobras, investigado por sua participação na compra da refinaria de Pasadena e acusado de tentar destruir provas e documentos que supostamente o incriminariam num caso de lavagem de dinheiro.

Antes se limitasse a esse ex-diretor o âmbito das investigações. Era Dilma Rousseff, na qualidade de ministra-chefe da Casa Civil no governo Lula, quem presidia o Conselho de Administração da Petrobras em 2006, quando se fez a estapafúrdia aquisição da refinaria californiana.

Embora as dúvidas sobre o caso já se estendessem por vários meses, só nesta semana Dilma divulgou uma nota ao jornal "O Estado de S. Paulo", alegando ter aprovado o negócio com base em informações incompletas e num parecer "técnica e juridicamente falho".

Executivos da empresa ouvidos pela *Folha* afirmam, entretanto, que todos os dados a respeito de operações desse tipo sempre se encontram à disposição dos integrantes do conselho.

No mínimo, sai arranhada a imagem de administradora rigorosa e detalhista que tantas vezes se projetou em torno da presidente da República. Se, como se espera, as apurações prosseguirem com a diligência devida, as consequências políticas e penais provavelmente haverão de magnificar-se.

Acelerar o júri

É comum que se atribua ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o epíteto de órgão de controle externo da magistratura brasileira. Fiscalizar a atuação dos juízes, afinal, é a principal tarefa dessa instituição, estabelecida por uma reforma constitucional em 2004.

Cada vez mais, porém, o CNJ ganha destaque também por sua contribuição no planejamento de ações e iniciativas do Judiciário. Encaixa-se nessa categoria a organização da primeira Semana Nacional do Júri, que se encerra hoje.

Tal campanha se propôs a julgar, em cinco dias, mais de 3.000 processos relativos a crimes dolosos contra a vida, em particular aqueles parados há pelo menos quatro anos nos 27 tribunais do país.

Fez parte desse esforço simbólico, por exemplo, o julgamento de dez policiais militares envolvidos no massacre do Carandiru.

Embora a chacina na penitenciária paulistana tenha ocorrido em 1992, só agora, 22 anos depois, esses agentes de segurança recebem suas sentenças. No ano passado, outros 48 envolvidos foram condenados; 15 policiais devem ser julgados no dia 31 de março.

Seria ingênuo, de todo modo, esperar que a empreitada do CNJ possa trazer, em apenas uma semana,

resultados práticos significativos. Para esgotar o estoque de processos desse gênero, o trabalho precisará ser bem mais intenso. São, ao todo, mais de 50 mil ações sobre assassinatos que começaram a tramitar antes de 2010 e ainda não foram resolvidas.

Há, ainda assim, diversos aspectos positivos nessa iniciativa. É razoável supor, como faz o CNJ, que a jornada estimulará os tribunais a replicar esse modelo de esforços concentrados. Realizados com maior frequência, os mutirões permitiriam redução mais veloz do acervo de casos pendentes.

Resta patente, ademais, o caráter simbólico da medida. Nenhum bem há de ser considerado mais importante do que a vida — e não é por outro motivo que a pena máxima prescrita no ordenamento brasileiro, de 30 anos de prisão, está reservada justamente para certos delitos que provocam a morte.

Ainda que de modo tardio, a Semana Nacional do Júri é uma evidência de que o Judiciário está atento para um grave problema: a impunidade de que criminosos desfrutam devido à lentidão no julgamento de processos de toda natureza, incluindo os de crimes contra a vida — que deveriam receber tratamento prioritário.



HÉLIO SCHWARTSMAN

Currículo nacional

SÃO PAULO - Concorde com o novo presidente do Inep, Chico Soares, quando afirma que o currículo do ensino básico no Brasil precisa ser mais bem definido. Vou um pouco mais longe e acho que deveríamos considerar seriamente a possibilidade de um currículo nacional daqueles bem detalhados e quem sabe até a adoção de alguns sistemas estruturados (apostilas).

A questão é controversa entre educadores. Para os que são contra, o material didático padronizado amarra o professor e inibe a criatividade. Eu mesmo já pensei assim (mas faz tempo). E continuaria pensando não fosse por uma reflexão matemática.

A autonomia é de fato ótima, desde que você tenha professores excepcionais. E o problema é que, por uma fatalidade estatística, contamos com poucos docentes muito bons, uma grande massa de mestres medianos e alguns bem ruinzinhos. Nessas condições, os sistemas estruturados, ao contribuir para puxar um pouquinho a média para cima, produzem mais

ganhos do que prejuízos.

Essa intuição parece ser corroborada por dados empíricos. Num estudo de 2010, as pesquisadoras Ilona Bacszkahy e Paula Lozano, da Fundação Lemann, compararam o desempenho na Prova Brasil de escolas municipais paulistas que usavam apostilas com o de instituições semelhantes que não usavam e concluíram que os sistemas tendem a ter efeitos positivos no aprendizado. Não se trata de nenhuma revolução, mas é algo que traz um ganho incremental que parece consistente.

Tal resultado não chega a ser uma surpresa, quando se constata que as apostilas ajudam o professor a organizar-se para a aula e que um dos grandes problemas identificados na escola pública brasileira é que o docente não sabe o que fazer com o tempo de que dispõe.

Acho que vale a pena tentar. Já passamos muito tempo apostando na autonomia aos professores e os resultados estão longe de brilhantes. helio@uol.com.br

MARINA SILVA

Líquido e incerto

No Dia Mundial da Água, amanhã, estaremos em "estresse hídrico". Não que falte água — há excesso no Norte. O rio Acre baixa, e traz algum alívio aos meus conferrêneos, mas o Madeira continua subindo e afeta populações de toda a região, até na Bolívia. A presidente Dilma sobreviveu a área inundada, esteve com desabrigados e anunciou a construção de uma ponte entre Acre e Rondônia. Mas se o rio invadir longos trechos da estrada nos próximos anos, de pouco adiantará uma ponte no meio das águas.

Faz tempo que o Brasil precisa debater com mais profundidade os efeitos das mudanças climáticas, para se preparar e prevenir situações, em vez de apenas socorrer as vítimas com ações emergenciais.

Isso é evidente na escassez, o drama do Sudeste. Já se revela o atraso da gestão pública, no limite da irresponsabilidade. Chega a ser ironia que o problema maior esteja em São Paulo, Estado que foi exemplar nos anos 90, quando o Brasil definiu avançados marcos regulatórios para gestão das águas.

Na avaliação do ex-deputado Fabio Feldmann, a situação atual é de desmantelamento do sistema nacional de recursos hídricos e dos sistemas estaduais. Um retrocesso "democrático e suprapartidário", pois acomete Estados governados por diferentes partidos.

Todo o setor de saneamento, que tem seu maior déficit na coleta e tratamento de esgotos, permanece o setor da infraestrutura nacional com o pior nível de desenvolvimento, deixando o Brasil em vexaminosa situação no cenário mundial.

Falta investimento, é óbvio. Mas nas avaliações de organismos civis, como o Instituto Trata Brasil, isso ocorre mais por falta de capacidade técnica de fazer e executar projetos do que por falta de recursos.

Falta uma clara definição de responsabilidades entre União, Estados e municípios. Há excessiva burocracia para obter financiamento. A política tarifária, que aliviaria o setor, não ajuda. Com tal descaso, o tempo desfaz os avanços conquistados e as situações de crise se tornam frequentes. É o caso do Cantareira, em São Paulo, que passou por um sério período de escassez na década passada.

Desde então, a gestão do sistema pouco mudou e equações não existem medidas de redução de consumo ou de ampliação das condições para que as bacias do sistema possam produzir água. Resta menos de 25% da vegetação natural no entorno dos reservatórios, segundo o Diagnóstico Socioambiental da Cantareira (ISA, 2006).

Há exemplos de estratégias bem-sucedidas. Em Nova York, nos anos 90, foram implantadas duas programas: subsídios para a substituição das válvulas de descarga nas residências, para diminuir o consumo e gestão territorial, com aquisição de terrenos em áreas ambientalmente sensíveis e pagamento por serviços ambientais. A crise atual vai passar, mas repete a lição: pensa no futuro, Brasil.

ELIANE CANTANHÊDE

Perguntar não ofende

BRASÍLIA - A compra da refinaria de Pasadena (EUA) virou um jogo de empurrar: Dilma culpa a antiga diretoria da Petrobras, que culpa o Conselho Administrativo, que culpa a gestão de José Sérgio Gabrielli.

Como diz o líder do PPS na Câmara, Rubens Bueno, "essa história está cheirando mal". E há muitas perguntas sem resposta:

1 - Como a Dilma centralizadora e detalhista Dilma, então chefe da Casa Civil e presidente do Conselho de Administração da Petrobras, votou a favor de uma operação tão esquisita?

2 - Se havia todo um detalhamento da proposta, por que Dilma e os conselheiros, que são bem remunerados, contentaram-se com um mero resumo agora criticado como "técnica e juridicamente falho"?

3 - Como, à época, o diretor intercalado da Petrobras, Nestor Cer-veró, pivô da crise, acabou diretor financeiro da BR Distribuidora?

4 - E como o presidente Gabrielli virou secretário do governo da Bahia, subordinado ao governador petista

Jaques Wagner, e até é um dos pré-candidatos à sua sucessão?

5 - Mas a mais importante questão de todas, no caso Pasadena, é aritmética: como, quando e por que pagar US\$ 360 milhões pela metade de uma refinaria que acabara de ser vendida um ano antes, integralmente, por US\$ 42,5 milhões?

6 - E a cláusula que obrigava uma das partes a comprar 100% da refinaria em caso de divergências não acendeu nenhum sinal amarelo?

7 - É comum uma refinaria de US\$ 42,5 milhões passar a valer mais de US\$ 1 bilhão num passe de mágica?

8 - Por que Dilma ficou esses anos todos calada e agora resolveu soltar uma nota jogando o escândalo dentro do Palácio do Planalto? Ela quis se antecipar a outros dados que estão por pipocar?

9 - Nessa nota, Dilma disse que, se todas as cláusulas fossem conhecidas, "seguramente" a compra da refinaria de Pasadena não seria aprovada. Admitiu, assim, que o negócio foi um verdadeiro escândalo?

RUY CASTRO

Sic transit

RIO DE JANEIRO - Pesquisa recém-divulgada pelo quase sagrado MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) acaba de estabelecer um "ranking de famosos" no planeta. O espectro não é nada modesto: de 4.000 a.C. a 2010. Milênios de manuscritos, enciclopédias e bancos de dados foram varrejados e ponderados até se chegar à lista dos dez mais. E, antes que você diga os Beatles, segure esta: deu o filósofo grego Aristóteles na cabeça.

Os Beatles não pagaram nem placê. Em segundo lugar, vem outro filósofo e também grego: Platão. E, em terceiro, justamente aquele citado por John Lennon para medir a popularidade do conjunto: Jesus Cristo. "Nós somos mais famosos do que Cristo", disse Lennon em 1966. O mundo caiu-lhe em cima, como blasfemo e convencido, embora, na época, ele pudesse ter razão — os Beatles eram onipresentes de Tangiaca a Tegucigalpa e do Tibete a Dores do Indaí, enquanto Cristo sem-

pre deu traço de audiência nos países islâmicos e budistas.

Fechando a lista do MIT, vêm Sócrates, Alexandre o Grande, Leonardo da Vinci, Confúcio, Júlio César, Homero e Pitágoras — a maioria, gregos e, exceto por Da Vinci, todos nascidos antes de Cristo, inclusive Cristo. Sem os Beatles. O critério consistiu em "mapear" as pessoas que mais influenciaram o pensamento até hoje, por ele, não há o que discutir — devem ter sido mesmo os mais "famosos" dentro desse vasto círculo. (Deem-me alguns séculos, e eu apostaria em Mil-lôr Fernandes entre os cem.)

Para os que não se conformam com o aparente declínio da popularidade dos Beatles, resta a revelação (deu na *Folha* outro dia) de que uma bela integrante do "Big Brother" atualmente no ar — uma jovem paraense com o sugestivo nome de Tatielle Polyana — nunca ouviu falar em Paul McCartney.

Mas certamente sabe tudo de Jesus Cristo. Sic transit gloria mundi.

MARINA SILVA escreve às sextas-feiras nesta coluna.